

Relatório de Atividades

4º Trimestre

CON



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2020

Presidência

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Vice-Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Corregedoria

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiros

Antonio Roque Citadini
Edgard Camargo Rodrigues
Renato Martins Costa
Robson Marinho

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (de 23/04/2020 a 21/07/2020)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (de 22/07/10 a 19/10/2020)

JOSUÉ ROMERO (a partir de 20/10/2020).

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Ramalho

Sidney Estanislau Beraldo

Corpo de Auditores:

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores:

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Samy Wurman
Sílvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores:

Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier





SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 1. CORPO DIRETIVO | 13 |
| 2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:..... | 14 |
| 2.1 FÍSICOS: | 14 |
| 2.2 ELETRÔNICOS: | 15 |
| 3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS..... | 16 |
| 3.1 PELO TRIBUNAL PLENO | 16 |
| 3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS | 16 |
| 3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES..... | 16 |
| 3.4 PELO CORPO DE AUDITORES..... | 16 |
| 4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC | 17 |
| 5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE | 17 |
| 6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL | 17 |
| 6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG | 17 |
| 6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)..... | 17 |
| 6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II | 18 |
| 6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC..... | 18 |
| 6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ | 18 |
| 6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP | 19 |
| 6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA..... | 20 |
| 6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças | 20 |
| 6.2.1.1. Planejamento e Orçamento..... | 20 |
| 6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 28 |
| 6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA | 28 |
| 6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP | 30 |
| 6.6. OUVIDORIA | 32 |
| 6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL..... | 32 |
| 6.8. REVISTA DO TCE..... | 34 |
| 6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 34 |
| 6.10. CERIMONIAL | 34 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| 8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP..... | 36 |



LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) | 14 |
| Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores) | 15 |
| Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs. | 18 |
| Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas Correntes | 23 |
| Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas de Capital | 23 |
| Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas Correntes | 24 |
| Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas de Capital | 24 |
| Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas Correntes | 25 |
| Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas de Capital | 25 |
| Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas Correntes | 26 |
| Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas de Capital | 26 |
| Tabela 12 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre | 29 |
| Tabela 13 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre. | 30 |
| Tabela 14 – Comunicados expedidos pelo Gabinete da Presidência | 36 |
| Tabela 15 – Comunicados expedidos pela Secretaria-Diretoria Geral | 37 |



APRESENTAÇÃO

A finalizar síntese das principais realizações da gestão do exercício de 2020, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCESP)** edita o presente RELATÓRIO contendo síntese das atividades levadas a efeito no decorrer do **QUARTO TRIMESTRE**, o que faz com esteio no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c.c. o artigo 3º, IX, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, objetivando apresentar à sociedade e à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo síntese das ações realizadas pela Corte no intuito de cumprir com sua missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública Paulista.

Inaugurando o período em perspectiva, mediante o **Ato GP nº 13, de 3 de setembro de 2020**, fora restabelecida a tramitação de todos os processos jurisdicionais físicos, em complemento aos Atos GP nº 06 e 11/2020 que antes haviam liberado feitos que abrigam contas anuais de prefeitos e pedidos de reexame e processos em fase recursal, além de ações de rescisão e de revisão de julgado.

Levou-se em consideração a necessidade de retorno gradual às atividades presenciais, cumpridos critérios estabelecidos por autoridades médicas e sanitárias, bem como o previsto nos princípios da duração razoável do processo e da celeridade, dispostos na Constituição Federal de 1988.

Em decorrência da reabertura dos prazos processuais, o sistema de agendamento implementado pelo Ato GP nº 12, de 28 de julho de 2020, ganhou ainda mais força, por possibilitar às partes interessadas consulta presencial dos processos físicos.

Com pouco mais de três meses de implantação até o final do semestre, o sistema desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), registrou mais de 1.000 (um mil) pedidos desde o dia 3 de agosto, quando entrou em operação –média de 9,8 aberturas de pedidos/dia.

Disponibilizada em julho, com apenas quatro meses de funcionamento, a plataforma “Protocolo Digital”, desenvolvida internamente, recebeu 2.763 (dois mil, setecentos e sessenta e três) processos, conforme apuração até 13 de novembro de 2020.



A partir do Comunicado SDG nº 51/2020, publicado no Caderno Legislativo do Diário Oficial de 27 de outubro, o TCE-SP reiterou as normas da Resolução nº 02/2020, estabelecidas para as petições e a realização das defesas durante as sessões por videoconferência, segundo as quais as sustentações orais devem ser requeridas por responsáveis ou Advogados devidamente habilitados em até 24 horas antes da realização das sessões, mediante preenchimento de formulário próprio disponível no portal eletrônico.

Os cuidados com o último ano de mandato, a nova legislação promulgada em virtude da pandemia da COVID-19 e a edição de decretos de calamidade pública constituíram temas que marcaram as atividades da **24ª edição do Ciclo de Debates, promovida em 3 de setembro por videoconferência.**

Durante os debates, com roteiro baseado nos principais questionamentos e dúvidas encaminhadas pelos jurisdicionados, foram abordados temas afetos ao Controle Interno, Transparência, Terceiro Setor, pagamentos de subsídios aos servidores, contratações e dispensas de licitação e a edição de decretos de calamidade frente ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No total, o evento **reuniu gestores e representantes dos 644 (seiscentos e quarenta e quatro) municípios jurisdicionados, registrando mais de 1.900 (um mil e novecentos) participantes**, que acompanharam simultaneamente os trabalhos pela TVTCE, canais do YouTube da Corte e da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), e pela rede interna.

Com o fito de promover melhorias contínuas na tramitação de processos e na fiscalização dos recursos públicos, houve a atualização do repertório de instruções a serem aplicadas junto aos órgãos e às entidades públicas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas estadual e municipal. Aprovadas **pela Resolução nº 07/2020**, as **Instruções nº 01/2020** do TCE-SP trouxeram inovações significativas, destacadas no **Comunicado SDG nº 46/2020**, veiculado no Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado de 25 de setembro, com o propósito de prestar aos jurisdicionados esclarecimentos quanto aos principais aspectos da norma.

Como parte das novas instruções, o TCE-SP implantou sistema de cadastro corporativo (CadTCE-SP) com dados de todos os responsáveis pela movimentação e pela aplicação dos recursos públicos dos órgãos e das entidades públicas estaduais e municipais.



Além do cadastro de pessoa física, e sem descuidar das disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), foi implantado também o módulo de pessoa jurídica que contempla os dados institucionais (razão social, tipo de entidade, natureza jurídica e esfera de atuação) e de contato (endereços, telefones, e-mails e site) de todos os órgãos jurisdicionados.

Como parte do processo de análise das contas anuais do exercício de 2020 do Governo Estadual, o Tribunal adotou fiscalizações operacionais em projetos e ações governamentais específicas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Além do acompanhamento especial dedicado à Pasta da Saúde, a Corte de Contas paulista avaliou, no âmbito da análise das contas estaduais, ações na área da Educação, como os projetos Merenda em Casa e Ensino à Distância, e os programas Bom Prato, Vivaleite e Alimento Solidário, da Secretaria de Desenvolvimento Social.

As pastas do Desenvolvimento Econômico e da Fazenda também receberam análise criteriosa do Tribunal de Contas nos programas de concessão de crédito e nas ações de fomento ao desenvolvimento socioeconômico

Na busca de aumentar a eficiência e a agilidade das prestações de contas, foram elevados, para fins de cadastramento no processo eletrônico, os valores de remessa dos instrumentos de repasses a órgãos públicos no montante igual ou superior a R\$ 10 milhões.

Com o intuito de alertar os gestores públicos sobre o cumprimento da legislação vigente, houve divulgação dos indicadores de aplicações em Saúde e Ensino, bem como na gestão fiscal relacionada ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, dos 644 (seiscentos e quarenta e quatro) municípios jurisdicionados.

Além de tornar públicos os números relacionados às aplicações financeiras, o TCESP informou, na forma do **Comunicado SDG nº 50/2020**, que disponibilizou documento no qual traz uma análise do cenário das Administrações municipais quanto à gestão fiscal e aos efeitos decorrentes da calamidade pública causada pelo novo coronavírus



As informações contidas no relatório são oriundas da Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp) e também foram prestadas pelos municípios no questionário “Gestão de Enfrentamento da COVID-19. Os valores divulgados refletem o acumulado até setembro de 2020 e, para base de comparação, foi utilizado o mesmo período do exercício de 2019.

Em decorrência da necessidade de normatizar e uniformizar os procedimentos de apreciação dos atos de responsabilidade, direta ou indireta, de Prefeitos, o TCESP editou **nova deliberação (SEI Nº 0011209/2020-51)** para tratar do tema.

Publicada na edição de 22 de outubro do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado, a medida leva em conta a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que determina que “... a apreciação das contas de Prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos Vereadores”.

Segundo o art. 1º da deliberação, os pareceres emitidos para as contas de Prefeitos não serão mais autuados apartados. Desse modo, eventual aplicação de multas será imposta à margem do parecer e executada em expediente próprio.

No parecer emitido pelo TCESP, será informada à Câmara Municipal eventual necessidade de ressarcimento de importância e reparação do erário por procedimentos irregulares apurados e constantes da instrução processual. Ademais, o Tribunal poderá, de ofício, encaminhar ao Ministério Público Estadual cópia dos pareceres emitidos, em especial nos casos de devolução de importâncias ou de ressarcimento de prejuízos causados.

Segundo o art. 2º, a Corte continuará exercendo as competências previstas na Lei Complementar 709/93, com exceção da hipótese de o Prefeito exercer a Presidência de qualquer órgão pertencente à Administração Pública, como no caso de Consórcios, ou quando julgada irregular a prestação de contas de repasses Fundo a Fundo feitos pelo Estado de São Paulo aos municípios jurisdicionados.

De olho nas mudanças advindas com o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico e nas responsabilidades constitucionais atribuídas aos municípios, o **Tribunal lançou o “Painel de Saneamento Básico”.**



Disponível para acesso público pelo portal institucional, a ferramenta traça um raio-X do setor e tem a finalidade de fornecer um panorama da situação dos 644 (seiscentos e quarenta e quatro) municípios paulistas fiscalizados pela Corte no que tange ao saneamento básico, que engloba serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A plataforma apresenta ao cidadão - de forma clara e na forma de gráficos, com possibilidade de download e pesquisa de dados por município e/ou tema -, indicadores percentuais de cobertura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana (resíduos sólidos), além dos municípios que possuem o sistema exclusivo de drenagem urbana, dentre outras funcionalidades.

Os números foram compilados no segundo semestre de 2020 e têm como base questionários aplicados pela Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp); dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) 2020; e informações abrigadas no Censo Escolar de 2019, no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2018, e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por via da Secretaria-Diretoria Geral (**Comunicado SDG nº 55/2020** – publicado em 26/11), comunicou aos jurisdicionados que, a partir de 3 de dezembro, a busca e a identificação de processos distribuídos no âmbito da Corte deverão ser feitas pelo *link* www.tce.sp.gov.br/pesquisar-processos.

Para realizar a consulta, o interessado deve efetuar a certificação automática. A partir da data determinada também será disponibilizado no “Portal de Sistemas do TCESP” um aplicativo para simplificar a busca. Denominado de “Pesquisa de Processos”, o novo *app* tem como intuito facilitar o acesso dos cidadãos à página de consulta.

Por meio do **Comunicado SDG nº 56/2020** endereçado aos jurisdicionados, a Secretaria-Diretoria Geral (SDG) informou aos responsáveis o encaminhamento à Justiça Eleitoral, no prazo da legislação vigente, de informações



mensais sobre processos que tratam sobre responsáveis com contas anuais julgadas irregulares.

Também oriundo da SDG, o **Comunicado SDG nº 57/2020**, veiculado na edição do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado de 3 de dezembro, divulgou o calendário de obrigações do Sistema Audep para o ano de 2021 e as providências a cargo dos órgãos estaduais e municipais, dependentes ou não, necessárias ao atendimento das exigências das Instruções nº 01/2020.

Com vistas a tornar públicas as atividades executadas no decorrer do ano, o Tribunal de Conta **apresentou balanço parcial das principais ações e atividades realizadas pela área de fiscalização junto aos jurisdicionados** (Comunicado SDG nº 62/2020).

O material, com 29 páginas, traz toda a movimentação acumulada até o final de outubro e é organizado na forma de capítulos que abrigam desde apontamentos da área sobre despesas, contratos e irregularidades, até medidas de orientação e de prevenção para o trato com as crises fiscal e orçamentária.

Valendo-se dos **Comunicados SDG nº 61/2020 e SDG nº 59/2020**, o Tribunal informou aos jurisdicionados a alteração das áreas de abrangência das 10 Diretorias de Fiscalização lotadas na Capital e nas Unidades Regionais (URs) distribuídas no interior, no litoral e na Região Metropolitana paulista, a partir de janeiro de 2021.

Avançando no mister de orientar os gestores públicos e os órgãos jurisdicionados sobre o estado de calamidade pública, o TCESP **lançou o manual “COVID-19: Orientações para o Enfrentamento da Crise”, por meio do Comunicado SDG nº 44/2020**, publicado na edição de 04 de setembro do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado.

Disponível para consulta no *site* institucional, o material de cunho orientativo produzido com apoio das áreas técnicas do Tribunal, com 80 páginas e 342 questões, foi elaborado no formato de perguntas e respostas para facilitar o entendimento do leitor, versando temas como Licitações, Terceiro Setor, Controle Interno, Obras e Serviços de Engenharia, Audep, entre outros.



Veiculados na forma do **Comunicado GP nº 33/2020**, publicado na edição de 17 de setembro do Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado, alertas às administrações municipais, que integram levantamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), consignaram que, entre os meses de maio e junho de 2020, dos 644 (seiscentos e quarenta e quatro) municípios paulistas fiscalizados pelo Tribunal, 95%– um total de 618 (seiscentos e dezoito) –encontram-se em situação de comprometimento das gestões fiscal e orçamentária e apenas 12 municípios (1,86%) não receberam qualquer tipo de alerta.

Aprofundamento dos dados permite constatar que, das administrações alertadas, 412 (quatrocentas e doze) tiveram como causa a queda de arrecadação e estão em patamares inferiores ao planejado para o período. Outros 570 (quinhentos e setenta) apresentaram indícios de irregularidade na gestão orçamentária e foram notificados.

Apesar da suspensão das providências previstas na LRF para o restabelecimento das receitas e das despesas, e das ações necessárias à recondução de limites para gastos de pessoal, em virtude de legislação federal, todos os Prefeitos cujas cidades se enquadraram nessas situações foram instados a providências cabíveis para restabelecer o reequilíbrio financeiro.

Entre os dias 8 e 9 de outubro, o TCESP realizou o **3º Encontro Técnico de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas do Brasil**. Pela primeira vez online, o evento, gratuito e aberto ao público, reuniu profissionais que atuam nos setores de Tecnologia da Informação dos órgãos de controle externo e teve como principal objetivo fomentar o intercâmbio de informações e de experiências em inovações tecnológicas para as atividades institucionais.

Abordaram-se, entre outros temas: atos de pessoal e integração com processo e plenário eletrônico; inteligência artificial; automação de processos de controle externo; automatização da análise de contas e da gestão fiscal; ferramentas de monitoramento; e resultados com plenário virtual.

Com a presença de palestrantes de todo o país e de convidados internacionais, contando com apresentações técnicas e oficinas, o Tribunal participou também das atividades do **6º Seminário Internacional sobre Análise de Dados na Administração Pública**, sendo o terceiro ano consecutivo que um projeto da Corte



paulista foi selecionado para apresentação no evento, ocasião em que apresentadas as funcionalidades da iniciativa “FARO – Ferramenta de Análise de Risco de Obras”, desenvolvido pela Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp), com apoio do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).

Em comemoração à data alusiva ao “Dia do Vereador” (1/10), o Presidente do TCESP participou visita protocolar à sede da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP), ensejo em que, recepcionado pelo Presidente Sebastião Misiara e pela Vice-Presidente da entidade, Silvia Mello, o Conselheiro-Presidente tratou sobre a parceria entre a Corte e a UVESP no sentido de orientar e de capacitar os agentes do Legislativo para exercer, dentre outras, a fiscalização do Executivo, sobretudo em relação aos gastos efetuados no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

A exemplo de diversas instituições, e com vistas a conscientizar para a necessidade de realização de exames preventivos que possam identificar os cânceres de mama e de próstata, o Tribunal aderiu às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Em paralelo, para incentivar as causas, durante os meses de outubro e novembro, o TCESP divulgou vídeos e mensagens nos *videowalls* instalados no saguão do Prédio-Sede e nos dois anexos da Capital. Além disso, o portal institucional, bem como a rede interna e as redes sociais da Corte adotaram símbolos nas cores rosa e azul para destacar o assunto.

Representado pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini e pelo Auditor-Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, o Tribunal participou do III Congresso Internacional de Contas Públicas, sucedido nos dias 26 a 28 de outubro, evento gratuito, transmitido, ao vivo, pelo canal do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), que teve como finalidade promover debates técnicos acerca da administração das contas públicas, sob os aspectos da transparência, do comprometimento e do controle dos gastos públicos.

Entre os dias 28 e 29 de outubro, o Tribunal integrou a terceira edição do “Conexidades – Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados”, com o tema “A retomada do desenvolvimento”, evento organizado pela UVESP que tem como meta reunir agentes públicos e privados para discutir temas de interesse dos municípios paulistas.



A partir de debates técnicos, o “Conexidades” tratou do compartilhamento de investimentos em consórcios intermunicipais, bem como as Parcerias Público-Privadas (PPPs) como forma de solucionar os principais problemas urbanos e retomar a economia nacional.

Nos dias 23 e 24 de novembro, o TCESP, representado pelo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do IRB, **mediou o painel “Indicadores e Avaliação de Política Pública”**, no qual discutida a experiência com a implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), adotado em nível nacional pelos Tribunais de Contas.

Dentre as atividades do trimestre, merece também destaque a Sessão Especial realizada no dia 23 de setembro em homenagem aos 50 (cinquenta) anos de atividades do Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi, junto à instituição, na qual apresentado o histórico do homenageado, que ingressou por concurso público na Corte de Contas paulista em 1970.

A segunda Sessão Especial do ano destinou-se à eleição do Corpo Diretivo da Corte para o exercício de 2021. Em momento histórico, marcado por votação realizada, pela primeira vez, de forma virtual, com uso da tecnologia de videoconferência, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes foi eleita, em sessão realizada em 09 de dezembro, por unanimidade, a nova Presidente do TCESP, repetindo feito que já havia realizado em 2015, quando ocupou a Presidência da Corte pela primeira vez.

Também por decisão unânime, foram eleitos Dimas Ramalho, como Vice-Presidente, e Sidney Estanislau Beraldo, para o comando da Corregedoria da Corte de Contas paulista, com mandato de um ano, a iniciar no começo do mês de fevereiro de 2021.

Ao longo deste relatório serão apresentados dados técnicos que mostram, de maneira minuciosa, o trabalho realizado pelos setores especializados que compõem o TCESP. As ações são sempre imbuídas do objetivo de fortalecer, a cada dia, o Tribunal como instituição essencial à fiscalização e à gestão de recursos públicos no Estado de São Paulo, reafirmando, de forma inequívoca, o compromisso da organização rumo à missão de “fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade”.



1. CORPO DIRETIVO

No dia 3 de fevereiro de 2020, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Presidente, CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Vice-Presidente e DIMAS RAMALHO, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES – PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES - VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (de 23/04/2020 a 21/07/2020)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (de 22/07/10 a 19/10/2020)

JOSUÉ ROMERO (a partir de 20/10/2020).

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

VALDENIR POLIZELI (de 04/11/2019 a 01/02/2020)

SAMY WURMAN (de 03/02/2020 a 22/04/2020).

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO (de 23/04/2020 a 21/07/2020)

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (de 22/07/10 a 19/10/2020)

JOSUÉ ROMERO (a partir de 20/10/2020).

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

Por força dos Atos GP nºs 04 e 05, de 2020, em parte do 3º trimestre estiveram suspensos a tramitação e os prazos relativos a processos físicos, com reflexo no total de distribuições efetuadas no período. A tramitação de tais feitos foi restabelecida, integralmente, a partir de 3 agosto de 2020, nos termos do Ato GP nº 11/2020.

No 4º trimestre de 2020, foram distribuídos aos julgadores **121 processos físicos**, conforme classificação abaixo:

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

| MATÉRIA | Conselheiros | Auditores | Total Geral |
|---|--------------|-----------|-------------|
| ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES | 9 | 0 | 9 |
| ADMISSÃO PESSOAL – CONCURSO – PROCESSO SELETIVO | 1 | 1 | 2 |
| CONTRATO | 3 | 0 | 3 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE AO TERCEIRO SETOR ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO | 5 | 0 | 5 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE AO TERCEIRO SETOR CONTRATO DE GESTÃO | 9 | 1 | 10 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE A ÓRGÃOS PÚBLICOS CONVÊNIO – VALOR SUPERIOR | 6 | 8 | 14 |
| RECURSO ORDINÁRIO | 57 | 0 | 57 |
| REPRESENTAÇÃO | 8 | 0 | 8 |
| RESCISÃO DE JULGADO | 7 | 0 | 7 |
| REVISÃO DE JULGADO | 6 | 0 | 6 |
| TOTAL GERAL | 111 | 10 | 121 |



2.2 ELETRÔNICOS:

No 4º trimestre de 2020, foram distribuídos **5.071** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

| MATÉRIA | GABINETE | | | | | | | | Total Geral |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | GCARC | GCRMC | GCCCM | GCDER | GCSEB | GCRRM | CA | GP | |
| Ações | 1 | | | | 2 | 21 | | 8 | 32 |
| Adiantamentos | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | | | 28 |
| Apartados | | | | | | | 19 | | 19 |
| Atos de Pessoal | 22 | 26 | 22 | 23 | 19 | 19 | 659 | | 790 |
| Balanço Geral do Exercício | | | | | | | 1 | | 1 |
| Concurso Público | 2 | | | 1 | 1 | 2 | | | 6 |
| Consultas | | | | | 3 | | | | 3 |
| Contas do Governador | | | | 1 | | | | | 1 |
| Contratos | 252 | 228 | 194 | 239 | 274 | 283 | 5 | 6 | 1481 |
| Controle de Prazos | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 4 | | 34 |
| EPE | 98 | 98 | 91 | 98 | 98 | 94 | | 1 | 578 |
| Expedientes | 49 | 46 | 46 | 34 | 48 | 44 | 27 | 150 | 444 |
| Expedientes do Ministério Público | 37 | 28 | 31 | 37 | 25 | 23 | 38 | 65 | 284 |
| Expedientes do Poder Judiciário | 12 | 12 | 9 | 10 | 12 | 4 | 7 | 29 | 95 |
| Instrução de Representação | | | | | | | | 17 | 17 |
| Recursos | 52 | 79 | 78 | 87 | 63 | 94 | 17 | 188 | 658 |
| Repasses Públicos | 57 | 79 | 47 | 78 | 60 | 58 | 192 | 2 | 573 |
| Representação | 2 | | 11 | 2 | 4 | 6 | | 2 | 27 |
| Total Geral | 594 | 605 | 539 | 620 | 619 | 657 | 969 | 468 | 5.071 |

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – ELETRÔNICOS 5.192



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do exercício de 2020 foram realizadas **9 Sessões Ordinárias e 2 Sessões Especiais**, destinadas respectivamente a homenagear os 50 anos de atividades junto ao TCE-SP do Senhor Secretário Diretor-Geral, Dr. Sérgio Ciquera Rossi, e a proceder à escolha do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor para o exercício de 2021. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **733 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **460 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu, virtualmente, em **3 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **9 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.335 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **9 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.337 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2020 foram proferidas **286 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º Trimestre de 2020, **767 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores, enquanto **119** foram objeto de despacho de diferimento.



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **7.011 processos**.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2020, a P.F.E se manifestou em **1.310 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.392 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.865 processos**, dos quais **533** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.977 certidões**, todas em meio eletrônico.



6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **15.293 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs.

| | DSF-I | DSF-II |
|-----------------------|-------|--------|
| Processos Físicos | 250 | 372 |
| Processos Eletrônicos | 7.396 | 7.275 |
| Total | 7.646 | 7.647 |

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **5 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **58 processos** da mesma natureza. No fim de setembro, o Núcleo registrou um total de **442 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **3.774 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.



6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2020 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audeesp efetuou **1.071 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

A Divisão, no período, continuou o trabalho de aperfeiçoamento dos projetos em curso, destacando-se as melhorias aplicadas ao Projeto ARES (Análise de Redes Societárias), com a inclusão de novas bases e vínculos. Também atuou no desenvolvimento da plataforma de análise de Riscos de Obras (Projeto FARO), bem como na estruturação do Sistema ÁQUILA, destinado à geração de alertas para subsídio das Equipes de Fiscalização.



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.086 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.244, de 10 de janeiro de 2020, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2020” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.118, de 19 de julho de 2019 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2020”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.049.123.805,00, sendo R\$ 1.044.897.805,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$4.226.000,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.118/19), o Decreto N.º 64.748, de 17 de janeiro de 2020, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2020 e a Portaria Conjunta CAF-CO-001, de 21 de janeiro de 2020.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2020 (Decreto n.º 64.748/2020) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.



Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de R\$ 14.689.406,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO n.º 02001/2020-4-0001, concluído em 10/02/2020, no valor total de R\$9.783.106,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º020030-1/2020, de 04/02/2020, na seguinte conformidade: R\$6.033.344,00 na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE sendo R\$4.693.208,00 para modernização de elevadores do TCESP (SEI nº 2931/2019-61); e R\$ 1.340.136,00 para elaboração de projeto básico para reforma do prédio anexo III, na sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e R\$ 3.749.762,00 na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária que serão distribuídos na seguinte conformidade: R\$ 2.755.300,00 para compra de 396 notebooks e 293 desktops incluindo garantia de 36 meses (SEI 12149/2019-50), R\$ 68.044,40 para a aquisição de televisores para sala de reuniões (SEI 10477/2019-11) e R\$ 926.417,60 para aquisição de material mobiliário para o Ministério Público de Contas (SEI 13203/2019-84).

2. Expediente SAO n.º 02001/2020-1-00002, concluído em 21/02/2020, referente à crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 218.700,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 1 de Fevereiro de 2020, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO n.º 2001/2020-1-00002 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO n.º 20007/2020-1-00001.



3. Expediente SAO n.º 02001/2020-4-0004, concluído em 13/08/2020, no valor total de R\$5.125.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º020030-3/2020 e 020030-3/2020, de 04/08/2020, na seguinte conformidade:

a) R\$1.000.000,00 na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária na seguinte conformidade:

- R\$195.000,00 para fornecimento e instalação de persianas térmicas no prédio Anexo I (SEI nº 1377/2019-85);
- R\$ 33.500,00 para instalação de 2 salas no 1º andar do prédio anexo II;
- R\$ 180.000,00 para manutenção e reparo dos frises da face interna do prédio Sede;
- R\$ 130.000,00 para recuperação e revisão das esquadrias de alumínio dos prédios Sede e Anexo II;
- R\$ 461.500,00 para substituição de forro em diversos locais do TCESP.

b) R\$ 4.125.000,00 na Ação 1.361 – Plano de Investimentos do TCE para a aquisição de imóvel que abrigará a sede própria da UR-16 (Itapeva), processo nº 7580/026/12.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2020, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de setembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|---------|-------------------|----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Fevereiro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Março | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Abril | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Maio | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Junho | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Julho | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Agosto | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Setembro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Outubro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Novembro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Dezembro | 79.163.592 | 8.094.762 | 199.891 | - | 8.294.653 | 87.458.245 |
| TOTAL | 945.800.726 | 96.709.145 | 2.387.934 | - | 99.097.079 | 1.044.897.805 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2020 – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|------------------|---------|------------------|----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Fevereiro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Março | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Abril | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Maio | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Junho | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Julho | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Agosto | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Setembro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Outubro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Novembro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Dezembro | 0 | 353.736 | - | 353.736 | 87.811.981 |
| TOTAL | 0 | 4.226.000 | - | 4.226.000 | 1.049.123.805 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|---------|-------------------|----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 78.785.194 | 8.055.853 | 198.913 | - | 8.254.766 | 87.039.960 |
| Fevereiro | 78.785.194 | 8.026.558 | 198.913 | - | 8.225.471 | 87.010.665 |
| Março | 78.785.194 | 8.037.553 | 198.913 | - | 8.236.466 | 87.021.660 |
| Abril | 78.785.194 | 8.037.553 | 198.913 | - | 8.236.466 | 87.021.660 |
| Maio | 78.785.194 | 8.037.553 | 198.913 | - | 8.236.466 | 87.021.660 |
| Junho | 78.785.194 | 8.036.638 | 198.913 | - | 8.235.551 | 87.020.745 |
| Julho | 78.785.194 | 8.036.638 | 198.913 | - | 8.235.551 | 87.020.745 |
| Agosto | 78.785.194 | 8.036.638 | 1.198.913 | - | 8.235.551 | 88.020.745 |
| Setembro | 78.785.194 | 8.036.638 | 198.913 | - | 8.235.551 | 87.020.745 |
| Outubro | 78.785.194 | 8.036.638 | 198.913 | - | 8.235.551 | 87.020.745 |
| Novembro | 78.785.194 | 8.036.638 | 198.913 | - | 8.235.551 | 87.020.745 |
| Dezembro | 79.163.592 | 8.075.547 | 199.891 | - | 8.275.438 | 87.439.030 |
| TOTAL | 945.800.726 | 96.490.445 | 3.387.934 | - | 99.878.379 | 1.045.679.105 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2020 - Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|-------------------|---------|-------------------|----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | CORRENTE+CAPITAL |
| Janeiro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.391.984 |
| Fevereiro | 0 | 10.135.130 | - | 10.135.130 | 97.145.795 |
| Março | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.373.684 |
| Abril | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.373.684 |
| Maio | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.373.684 |
| Junho | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.372.769 |
| Julho | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.372.769 |
| Agosto | 0 | 4.477.024 | - | 4.477.024 | 92.497.769 |
| Setembro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.372.769 |
| Outubro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.372.769 |
| Novembro | 0 | 352.024 | - | 352.024 | 87.372.769 |
| Dezembro | 0 | 353.736 | - | 353.736 | 87.792.766 |
| TOTAL | 0 | 18.134.106 | - | 18.134.106 | 1.063.813.211 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|---------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 77.809.524,02 | 15.997.452,18 | 6.800,00 | - | 16.004.252,18 | 93.813.776,20 |
| Fevereiro | 69.458.084,59 | 19.654.300,18 | 35.517,18 | - | 19.689.817,36 | 89.147.901,95 |
| Março | 72.820.134,35 | 11.504.892,37 | 58.557,69 | - | 11.563.450,06 | 84.383.584,41 |
| Abril | 70.553.801,35 | 3.476.277,61 | 177.117,43 | - | 3.653.395,04 | 74.207.196,39 |
| Maio | 67.530.507,78 | 3.697.411,14 | 105.220,52 | - | 3.802.631,66 | 71.333.139,44 |
| Junho | 69.124.435,62 | 2.870.352,91 | 102.458,81 | - | 2.972.811,72 | 72.097.247,34 |
| Julho | 68.158.980,29 | 1.087.385,56 | 58.896,44 | - | 1.146.282,00 | 69.305.262,29 |
| Agosto | 82.237.195,23 | 3.109.072,16 | 71.507,88 | - | 3.180.580,04 | 85.417.775,27 |
| Setembro | 78.112.297,12 | 2.821.364,79 | 83.052,81 | - | 2.904.417,60 | 81.016.714,72 |
| Outubro | 73.946.354,69 | 3.505.584,90 | 130.680,67 | - | 3.636.265,57 | 77.582.620,26 |
| Novembro | 71.350.751,80 | 4.175.638,50 | 80.499,96 | - | 4.256.138,46 | 75.606.890,26 |
| Dezembro | 113.422.780,77 | 3.240.439,50 | 127.864,30 | - | 3.368.303,80 | 116.791.084,57 |
| TOTAL | 914.524.847,61 | 75.140.171,80 | 1.038.173,69 | - | 76.178.345,49 | 990.703.193,10 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Empenhado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|---------|---------------------|---------|---------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | 23.031,00 | - | 23.031,00 | 93.836.807,20 |
| Fevereiro | - | 1.633.713,86 | - | 1.633.713,86 | 90.781.615,81 |
| Março | - | 7.906,20 | - | 7.906,20 | 84.391.490,61 |
| Abril | - | 2.756.298,00 | - | 2.756.298,00 | 76.963.494,39 |
| Maio | - | 799,00 | - | 799,00 | 71.333.938,44 |
| Junho | - | (340,00) | - | (340,00) | 72.096.907,34 |
| Julho | - | 71.084,00 | - | 71.084 | 69.376.346,29 |
| Agosto | - | - | - | - | 85.417.775,27 |
| Setembro | - | 52.855,75 | - | 52.855,75 | 81.069.570,47 |
| Outubro | - | 479.446,22 | - | 479.446,22 | 78.062.066,48 |
| Novembro | - | 446.663,00 | - | 446.663,00 | 76.053.553,26 |
| Dezembro | - | 3.083.283,74 | - | 3.083.283,74 | 119.874.368,31 |
| TOTAL | - | 8.554.740,77 | - | 8.554.740,77 | 999.257.933,87 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas Correntes

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|----------|----------------------|-----------------------|
| MÊS | PESSOAL | OUTRAS CORRENTES | | | TOTAL | TOTAL |
| | | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | OUTRAS | CORRENTES |
| Janeiro | 77.809.524,02 | 5.709.790,49 | - | - | 5.709.790,49 | 83.519.314,51 |
| Fevereiro | 69.458.084,59 | 4.834.462,96 | 21.934,60 | - | 4.856.397,56 | 74.314.482,15 |
| Março | 72.154.240,49 | 6.753.624,73 | 43.356,48 | - | 6.796.981,21 | 78.951.221,70 |
| Abril | 70.541.051,67 | 4.082.335,10 | 125.962,60 | - | 4.208.297,70 | 74.749.349,37 |
| Mai | 67.544.484,60 | 5.376.957,39 | 106.880,06 | - | 5.483.837,45 | 73.028.322,05 |
| Junho | 69.088.059,23 | 4.356.070,81 | 93.211,43 | - | 4.449.282,24 | 73.537.341,47 |
| Julho | 68.187.718,59 | 4.923.143,53 | 67.964,20 | - | 4.991.107,73 | 73.178.827,32 |
| Agosto | 82.251.279,95 | 4.742.564,57 | 105.383,62 | - | 4.847.948,19 | 87.099.228,14 |
| Setembro | 78.129.953,04 | 4.814.602,25 | 70.260,90 | - | 4.884.863,15 | 83.014.816,19 |
| Outubro | 74.410.657,93 | 5.189.441,52 | 63.973,12 | - | 5.253.414,64 | 79.664.072,57 |
| Novembro | 71.394.636,94 | 6.247.769,95 | 87.921,32 | - | 6.335.691,27 | 77.730.328,21 |
| Dezembro | 113.555.155,56 | 18.034.796,58 | 251.325,36 | - | 18.286.121,94 | 131.841.277,50 |
| TOTAL | 914.524.847,61 | 75.065.559,88 | 1.038.173,69 | - | 76.103.733,57 | 990.628.581,18 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2020 – Realizado – Despesas de Capital

| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
|---------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|-----------------------|
| MÊS | | | | TOTAL | TOTAL |
| | FONTE 1 | FONTE 3 | FONTE 5 | CAPITAL | GERAL |
| Janeiro | - | - | - | - | 83.519.314,51 |
| Fevereiro | - | - | - | - | 74.314.482,15 |
| Março | - | 3.550,00 | - | 3.550,00 | 78.954.771,70 |
| Abril | - | 11.836,00 | - | 11.836,00 | 74.761.185,37 |
| Mai | - | - | - | - | 73.028.322,05 |
| Junho | - | 1.769.426,30 | - | 1.769.426,30 | 75.306.767,67 |
| Julho | - | - | - | - | 73.178.827,32 |
| Agosto | - | 3.498,00 | - | 3.498,00 | 87.102.726,14 |
| Setembro | - | 19.490,00 | - | 19.490,00 | 83.034.306,19 |
| Outubro | - | 37.589,00 | - | 37.589,00 | 79.701.661,57 |
| Novembro | - | 14.995,75 | - | 14.995,75 | 77.745.323,96 |
| Dezembro | - | 4.137.571,34 | - | 4.137.571,34 | 135.978.848,84 |
| TOTAL | - | 5.997.956,29 | - | 5.997.956,29 | 996.626.537,47 |

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de Março, 03 de Junho, 30 de Julho, 30 de Setembro e 28 de Novembro de 2020.



6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, a atuação do DTI voltou-se ao aperfeiçoamento das medidas tecnológicas implementadas ao longo do ano, em especial o **Painel de Gestão de Enfrentamento do Covid-19**, que consolida e exhibe os dados coletados de nossos jurisdicionados, decorrentes do combate à Pandemia, indicando valores de contratos firmados por dispensa de licitação, bem como informações sobre hospitais de campanha, leitos, casos de infecções e óbitos.

No período também foram disponibilizados outros painéis destinados a subsidiar as atividades da fiscalização, como o **Banco do Povo**, que informações sobre o programa estadual de concessão de crédito para empreendedor informal, microempreendedor individual e microempresas. Destaca-se também o lançamento do **Painel Desenvolve SP**, que apresentam informações da agência de fomento estadual que atua na concessão de crédito para micro, pequenas e médias empresas paulistas;

Quanto ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas institucionais, destaca-se a nova versão do aplicativo móvel do **Protocolo Digital**, que passou a permitir o recebimento de **arquivos assinados digitalmente em formato .p7s**, padrão utilizado pelo e-TCESP. A medida torna mais simples o envio de arquivos assinados digitalmente pelos jurisdicionados não integrantes do projeto piloto do Sistema de Processo Eletrônico.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **3.509 atendimentos telefônicos**, sendo **1.360 para usuários internos e 2.089 para usuários externos**. No período também foram gerados **4.805 chamados de atendimento**, com um total de **4.635 finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais. O GTP, no quarto trimestre, elaborou **1.190 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo encaminhamento de informações encaminhadas por



órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **40 processos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **764 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **23 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, organizou **79 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. A realização dos eventos, em tal configuração, possibilitou a participação de milhares de pessoas, incluindo servidores, jurisdicionados e público em geral, como se observa dos quantitativos abaixo indicados:

Tabela 12 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre

| 4º Trimestre - 2020 | Quantidade de Eventos | Número de Participantes | Acessos "on-line" |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------|
| Reuniões Pedagógicas "Online" | 23 | 212 | 312 |
| Reuniões Pedagógicas Presenciais | 01 | 05 | -- |
| Cursos e Eventos Promovidos pela EPCP e(ou) Outros Setores do TCE | 16 | 22.509 | 30.812 |
| Cursos e Eventos Promovidos por outros Tribunais ou Instituições | 4 | 9 | 106 |
| Edições do Podcast PodContas | 11 | -- | 983 |
| Total | 55 | 22.735 | 32.213 |

A realização dos eventos, sob o formato de "LIVES", continuou possibilitando a participação de milhares de pessoas, tanto de nossos servidores, como jurisdicionados e público em geral. Durante o 4º trimestre de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- AUDESP: AUDESP Fase IV – Licitações e Contratos – Tira Dúvidas;
- Terceiro Setor: Orientações do Terceiro Setor; Gestão de Pessoas: Diálogos no TCESP: Comunicação e Empatia;
- DTI: 3º Encontro Técnico de TI dos TCs do Brasil;



- d) DTI: Colaboração Integrada Trabalhando em Equipe: Planejamento e atribuição de atividades; Armazenamento de vídeos e rede social interna - Novidades sobre migração de e-mail; Criação de Formulários e Pesquisas; Segurança no dia a dia: Boas práticas de uso, riscos e cuidados na rede; Novos desafios impostos pelo distanciamento social e pelo trabalho remoto: uso do office 365 na gestão do trabalho;
- e) Observatório do Futuro: Compras Públicas Sustentáveis;
- f) Processo Eletrônico: Processo Eletrônico - Peticionamento de Recursos e Ações;
- g) Legislação: Lei Geral de Proteção de Dados aplicada à Administração Pública - Aspectos Jurídicos e Lei Geral de Proteção de Dados aplicada à Administração Pública – Aspectos Técnicos;

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou 533 atendimentos eletrônicos, incluindo 109 pesquisas, 95 informações online e 431 e-mails.

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 13 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

| DESCRIÇÃO | | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
|------------------|-----------------------------------|------|-------|------|-------|
| Atendimentos | Telefone | 365 | 342 | 254 | 961 |
| | Fale Conosco (Diversos Canais): | 458 | 405 | 337 | 1200 |
| | “Web” | 242 | 235 | 177 | 654 |
| | “Phone” | 5 | 0 | 2 | 7 |
| | e-mail | 7 | 2 | 9 | 18 |
| | outros | 204 | 168 | 149 | 521 |
| Cópias Digitais | | 431 | 397 | 90 | 918 |
| Logs | | 4416 | 3043 | 1859 | 9318 |
| SEI | | 135 | 132 | 29 | 296 |
| Envio de e-mails | | 220 | 11100 | 180 | 11500 |
| Cadastros | Advogados | 165 | 135 | 107 | 407 |
| | Partes | 284 | 312 | 251 | 847 |
| | Órgãos | 7 | 2 | 4 | 13 |
| | Participação PILOTO | 0 | 5 | 3 | 8 |
| | Processos Cadastrados PILOTO | 13 | 1 | 12 | 26 |
| | Liberação do PILOTO para Produção | 3 | 1 | 1 | 4 |



Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se:

- Geração do relatório trimestral para os DSFs relativo aos processos instruídos pela Fiscalização no período;
- Extração de dados estatísticos referentes ao teletrabalho em função da Covid-19
- Migração do portal Internet do e-TCESP para novo padrão institucional (plataforma e visual);
- Novo contrato PRODESP para desenvolvimento e manutenção do sistema e-TCESP;
- Homologação e Produção
 - Funcionalidade de busca rápida para perfil de estagiários
 - Melhorias em modelos e variáveis
 - Armazenamento dos logs de científicações em banco de dados
 - Registro de histórico de substituições de Conselheiros
 - Permitir invalidar uma movimentação e bloquear os respectivos arquivos
- Desenvolvimento e testes
 - Recursos vinculados a múltiplos processos
 - Distribuição em lote de processos em Gabinetes
 - Distribuição em lote de processos em Áreas Técnicas
 - Radar e-TCESP
 - Configuração dos ambientes
 - Estruturação das bases de dados
 - Scripts de importação
 - Desenvolvimentos de dashboards
 - Nova versão da busca de documento
- Desenvolvimento de WebServices
 - Baixa de informações relativas a matérias e classes de processos
 - Obtenção de informações de processos retirados de pauta com reinclusão automática (Juris)

6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.776 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **50 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:



Registra-se ainda o total de **3.101** solicitações de suporte efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **103 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **57 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **12 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.



A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



14.645 curtidas de página e 17.857 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



7.837 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.828 seguidores.



6.340 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013 e 322.755 visualizações.



14.765 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.



427 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 3.014 seguidores.



6.8. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade da Vice-Presidência, ocupada pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes, a edição nº 147 da Revista do TCE encontrava-se em elaboração ao fim do 4º trimestre.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) acaba de lançar uma nova edição da Revista do TCE. A publicação nº 147 que, dentre outros assuntos, destaca o 'Painel de Saneamento Básico', com um raio-X do setor e um panorama da situação dos 644 municípios paulistas fiscalizados pela Corte.

A revista abordará eleição da nova Mesa Diretiva do órgão para o exercício de 2021. Dentre outras matérias, a edição veiculará ações e medidas adotadas pelo Tribunal no enfrentamento da pandemia – a exemplo do Protocolo Digital e do Sistema de Agendamento para consulta de processos físicos – e um balanço sobre as obras atrasadas e paralisadas no Estado na área da Saúde.

Acompanhada por mais de 8,5 mil pessoas, a XVIII edição da Semana Jurídica do TCESP também será destaque da edição nº 147. A seção Retrospectiva relembra momentos da carreira do Secretário-Diretor Geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi, que completou 50 anos de atividades junto ao órgão. Paulistano nascido no bairro do Brás, em 22 de fevereiro de 1949, Sérgio Rossi ingressou, por concurso público, no Tribunal em agosto de 1970, após ser nomeado no serviço público com o cargo efetivo de Técnico em Contabilidade.

A Revista do TCESP trará ainda a publicação de artigos produzidos por servidores da Casa, além da íntegra de votos que foram objeto de destaque durante as sessões de julgamento.

6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.



No 4º trimestre de 2020, o Cerimonial atuou em 7 eventos externos e 1 evento interno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **4º trimestre de 2020**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 14 – Comunicados expedidos pelo Gabinete da Presidência

| COMUNICADOS GP | | | |
|----------------|------------|--|------------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| GP | 48/2020 | ALERTAS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | 11/12/2020 |
| GP | 47/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 09/12/2020 | 10/12/2020 |
| GP | 46/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 01/12/2020 | 02/12/2020 |
| GP | 45/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/11/2020 | 26/11/2020 |
| GP | 44/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/11/2020 | 19/11/2020 |
| GP | 43/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 11/11/2020 | 12/11/2020 |
| GP | 42/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/11/2020 | 05/11/2020 |
| GP | 41/2020 | ALERTAS – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | 23/10/2020 |
| GP | 40/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/10/2020 | 22/10/2020 |
| GP | 39/2020 | RELATÓRIO DE ANÁLISE DA APLICAÇÃO NO ENSINO | 22/10/2020 |
| GP | 38/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 15/10/2020 | 15/10/2020 |
| GP | 37/2020 | LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/10/2020 | 08/10/2020 |



Tabela 15 – Comunicados expedidos pela Secretaria-Diretoria Geral

| COMUNICADOS SDG | | | |
|-----------------|------------|--|------------|
| Área | Comunicado | Título | D.O.E. |
| SDG | 65/2020 | Balanço de Julgados - 4º Bimestre | 17/12/2020 |
| SDG | 64/2020 | Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID – 19 | 15/12/2020 |
| SDG | 63/2020 | I Encontro com Prefeitos e Presidentes de Câmara eleitos para o mandato de 2021/2024 | 15/12/2020 |
| SDG | 61/2020 | Remanejamento das áreas de fiscalização da Capital e Unidades Regionais | 10/12/2020 |
| SDG | 62/2020 | Relatório das principais atividades de fiscalização - Ano 2020 | 09/12/2020 |
| SDG | 60/2020 | Respostas sobre dúvidas decorrentes da Lei Complementar nº 173, de 2020 | 04/12/2020 |
| SDG | 59/2020 | Alteração das Unidades Regionais responsáveis pela fiscalização de Municípios | 04/12/2020 |
| SDG | 57/2020 | Calendário de Obrigações Jurisdicionados - Audep - 2021 | 03/12/2020 |
| SDG | 56/2020 | Rito de processos da relação de responsáveis com contas anuais julgadas irregulares | 27/11/2020 |
| SDG | 55/2020 | Busca e identificação de processos distribuídos | 26/11/2020 |
| SDG | 54/2020 | Breve relatório das ações da Administração ao combate do COVID 19 | 20/11/2020 |
| SDG | 53/2020 | COMUNICADO SDG Nº 53/2020 - Balanco 3º Trimestre | 18/11/2020 |
| SDG | 52/2020 | Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos | 05/11/2020 |
| SDG | 51/2020 | Reitera prazo de inscrições para a realização de sustentações orais | 22/10/2020 |
| SDG | 50/2020 | Série de Aplicação no Ensino, Saúde e Gestão Fiscal no enfrentamento da Calamidade | 23/10/2020 |
| SDG | 49/2020 | Transparências das entidades do terceiro setor - Obrigações dos órgãos repassadores | 09/10/2020 |
| SDG | 48/2020 | Balanço de julgados - 3º Trimestre | 09/10/2020 |
| SDG | 47/2020 | Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos | 05/10/2020 |
| SDG | 14/2020 | Orientações aos municípios - Gastos com Coronavírus e calamidade pública | 03/10/2020 |



TCESP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo